

EQUIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS, PRÁTICAS E DESAFIOS PARA A GARANTIA DO DIREITO À APRENDIZAGEM

Cicero Vieira De Lima

<https://lattes.cnpq.br/3753783395211546>

<https://orcid.org/0009-0008-6713-2194>

E-mail: cicinholima13@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/BJE-2025.V3N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/BJE-2025.V3N4-05>

RESUMO: A equidade na educação infantil constitui um princípio fundamental para a efetivação do direito à educação, reconhecendo que crianças partem de contextos sociais, culturais, econômicos e étnico-raciais distintos e, portanto, necessitam de estratégias pedagógicas diferenciadas para acessar oportunidades educativas de qualidade. Este artigo tem como objetivo analisar a equidade na educação infantil, discutindo seus fundamentos teóricos, marcos legais, desafios contemporâneos e possibilidades de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada em autores da área da educação, documentos normativos nacionais e produções acadêmicas recentes. Os resultados indicam que a promoção da equidade desde a primeira infância contribui para a redução das desigualdades educacionais, o fortalecimento do desenvolvimento integral das crianças e a construção de uma educação democrática e inclusiva. Conclui-se que investir em políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas equitativas é essencial para assegurar o direito de todas as crianças à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno.

PALAVRAS-CHAVE: Equidade Educacional. Educação Infantil. Justiça Social. Infância. Inclusão.

EQUITY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: FOUNDATIONS, PRACTICES, AND CHALLENGES FOR GUARANTEEING THE RIGHT TO LEARNING

ABSTRACT: Equity in early childhood education is a fundamental principle for guaranteeing the right to education, recognizing that children come from different social, cultural, economic, and ethnic-racial contexts and therefore require differentiated pedagogical strategies to access quality educational opportunities. This article aims to analyze equity in early childhood education, discussing its theoretical foundations, legal frameworks, contemporary challenges, and possibilities for pedagogical practices committed to social justice. This is a qualitative, bibliographic study based on educational theorists, national normative documents, and recent academic productions. The results indicate that promoting equity from early childhood contributes to reducing educational inequalities, strengthening children's holistic development, and building a democratic and inclusive education. It is concluded that investing in public policies, teacher education, and equitable pedagogical practices is essential to ensure all children's right to learning and full development.

KEYWORDS: Educational Equity. Early Childhood Education. Social Justice. Childhood. Inclusion.

INTRODUÇÃO

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, desempenha papel decisivo no desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais, culturais e físicos. Estudos contemporâneos evidenciam que as experiências vivenciadas nos primeiros anos de vida exercem influência duradoura no percurso escolar e social dos sujeitos. Nesse contexto, discutir a equidade na educação infantil torna-se imprescindível, pois as desigualdades sociais historicamente construídas impactam diretamente as condições de acesso, permanência e aprendizagem das crianças nas instituições educativas.

A equidade educacional diferencia-se da igualdade ao reconhecer que tratar todos de forma idêntica pode aprofundar desigualdades já existentes. Enquanto a igualdade pressupõe a oferta uniforme de recursos e oportunidades, a equidade propõe a distribuição diferenciada, considerando as necessidades específicas de cada criança. Assim, a equidade busca assegurar condições justas para que todas as crianças possam aprender e se desenvolver plenamente.

No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais, raciais e territoriais, a educação infantil assume papel estratégico na promoção da justiça social. A garantia de práticas equitativas desde a primeira infância pode contribuir significativamente para a redução das desigualdades educacionais ao longo da trajetória escolar. Diante disso, este artigo tem como objetivo discutir a equidade na educação infantil, abordando seus fundamentos teóricos, o arcabouço legal brasileiro, os principais desafios enfrentados pelas instituições educativas e as possibilidades de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. A opção por essa abordagem justifica-se pela necessidade de

analisar conceitos, marcos legais e produções teóricas que fundamentam a discussão sobre equidade na educação infantil.

Foram consultados livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais publicados por órgãos governamentais, como o Ministério da Educação, além de legislações nacionais que orientam a educação infantil no Brasil. A análise dos dados ocorreu de forma interpretativa e crítica, buscando estabelecer relações entre os referenciais teóricos e os desafios práticos enfrentados no cotidiano das instituições de educação infantil.

A metodologia adotada permitiu compreender a equidade como um princípio ético, político e pedagógico, evidenciando sua relevância para a garantia do direito à educação e para a promoção do desenvolvimento integral das crianças.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A noção de equidade na educação está diretamente relacionada aos princípios da justiça social e dos direitos humanos. Rawls (2000) defende que uma sociedade justa deve organizar suas instituições de modo a beneficiar especialmente os grupos menos favorecidos. No campo educacional, isso implica reconhecer que crianças partem de condições desiguais e que a escola deve atuar como espaço de compensação das desigualdades sociais.

Na educação infantil, a equidade ganha contornos específicos, pois envolve sujeitos em pleno desenvolvimento, cujas experiências iniciais são determinantes para a construção de aprendizagens futuras. Kramer (2006) destaca que a infância deve ser compreendida como uma construção social e histórica, marcada por múltiplas infâncias. Assim, práticas pedagógicas equitativas devem considerar as dimensões culturais, étnico-raciais, de gênero, territoriais e socioeconômicas.

A perspectiva histórico-cultural, fundamentada em Vygotsky (1998), contribui significativamente para o debate ao enfatizar que o desenvolvimento infantil ocorre por meio das interações sociais. Dessa forma, oferecer ambientes educativos ricos,

mediadores qualificados e experiências significativas é condição essencial para promover equidade no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças.

MARCOS LEGAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No Brasil, a equidade na educação infantil está assegurada em diversos dispositivos legais. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, garantindo igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reconhece a educação infantil como primeira etapa da educação básica.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) reafirma o princípio da proteção integral, assegurando às crianças o direito ao desenvolvimento pleno. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil orientam práticas pedagógicas que respeitem a diversidade, a dignidade e os direitos das crianças, reforçando o compromisso com a equidade.

A Base Nacional Comum Curricular destaca a importância de garantir direitos de aprendizagem e desenvolvimento para todas as crianças, reconhecendo a diversidade de contextos e experiências. Nesse sentido, políticas públicas voltadas à primeira infância devem assegurar financiamento adequado, infraestrutura de qualidade, formação continuada de professores e ações intersetoriais que enfrentem as desigualdades sociais.

DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Apesar dos avanços legais e normativos, a promoção da equidade na educação infantil enfrenta desafios significativos. Um dos principais refere-se às desigualdades no acesso às instituições educativas, especialmente para crianças de contextos socioeconômicos vulneráveis, áreas rurais, comunidades tradicionais e periferias urbanas.

Outro desafio central diz respeito à formação docente. Muitos profissionais ainda carecem de formação inicial e continuada que contemple temas como equidade, educação

antirracista, inclusão e direitos humanos. Além disso, práticas pedagógicas homogeneizadoras podem invisibilizar as diferenças e reforçar desigualdades.

A precarização das condições de trabalho, a insuficiência de recursos materiais e a fragmentação das políticas públicas também comprometem a efetivação da equidade. Esses fatores evidenciam a necessidade de ações estruturais e contínuas que fortaleçam a educação infantil como espaço de justiça social e promoção da cidadania.

POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EQUITATIVAS

Promover a equidade na educação infantil requer práticas pedagógicas intencionais, reflexivas e comprometidas com o desenvolvimento integral das crianças. Isso implica planejar experiências educativas que considerem os saberes, as culturas e as vivências das crianças e de suas famílias.

Práticas como a valorização da diversidade cultural, o enfrentamento ao racismo desde a infância, a adaptação de materiais pedagógicos e o atendimento às necessidades educacionais específicas são fundamentais para a construção de ambientes equitativos. A organização dos tempos e espaços educativos deve favorecer a participação, a escuta sensível e o protagonismo infantil.

A parceria com as famílias e a comunidade também se apresenta como elemento essencial para a promoção da equidade. Além disso, a formação continuada dos professores, pautada na reflexão crítica da prática pedagógica, contribui para a construção de uma educação infantil comprometida com a justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equidade na educação infantil constitui um princípio indispensável para a garantia do direito à educação e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Reconhecer as diferenças e atuar para superar desigualdades desde a primeira infância é condição essencial para promover o desenvolvimento integral das crianças.

Este estudo evidenciou que, embora existam avanços legais e teóricos, ainda persistem desafios significativos para a efetivação da equidade na educação infantil. Superá-los exige investimento em políticas públicas, valorização dos profissionais da educação e práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social.

Conclui-se que a educação infantil, quando orientada pelo princípio da equidade, torna-se um potente espaço de transformação social, capaz de contribuir para a redução das desigualdades educacionais e para a promoção de infâncias mais dignas, diversas e inclusivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2010.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. São Paulo: Cortez, 2006.

RAWLS, John. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes.

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: dezembro de 2025.